

TRADUÇÃO: ENCONTRO DE LINGUAGENS E IDEOLOGIAS¹

Maria Candida Bordenave

Que a tradução é encontro de linguagens é ponto pacífico para a maioria das pessoas; que é também encontro ou desencontro de ideologias não constitui, porém, fato geralmente conhecido.

No âmbito deste trabalho, vamos sumarizar o que entendemos por aquele binômio — linguagem-ideologia —, vamos estabelecer as relações entre os dois termos e ver como se dá esse encontro na atividade de traduzir e no seu produto que é a obra traduzida.

Até alguns anos atrás, os estudos da linguagem se concentravam principalmente nos seus aspectos formais, na sua estrutura interna. A partir dos anos 70, ocorreu um deslocamento salutar na ciência linguística, a linguagem transbordou daquele compartimento rígido e resgatou a sua condição não só de representação da realidade, mas também de codificadora da cultura e de veículo de comunicação. São, então, enfatizados os aspectos sociais da linguagem, o falante concreto historicamente situado, as condições de produção do texto: situação, contexto, estrutura social e relações sociais. É a hora e a vez de uma linguística socialmente constituída, o que leva necessariamente à consideração da ideologia. Diz Eni Orlandi (1983): “O discurso, resultante de determinadas condições de produção, está situado no interior de uma relação de forças que é o processo de produção”. Roger Fowler (1985) sugere que “A linguagem é uma prática social criadora da realidade”². Essas citações revelam o lugar da linguagem na vida e no saber humano. Vemos que o enfoque linguístico deu uma volta de 180°; o que antes era considerado “extralinguístico”, e descartado, passou a ser fator constitutivo da linguagem, abrindo amplas perspectivas para a análise de linguagem, perspectivas estas relevantes para o campo da tradução.

O que dizer da ideologia?

¹ Trabalho apresentado na mesa redonda: “Linguagem, Discurso e Ideologia no Contexto da Tradução” — *1º Congresso Internacional de Letras: Discurso e Ideologia* — Universidade Federal do Rio de Janeiro — setembro de 1987, e publicado no periódico *Trabalhos em Linguística Aplicada* da UNICAMP, n. 11, jan./jun. 1988, p. 19-25.

² N.E.: Tradução da autora, assim como em todas as demais citações extraídas de obras publicadas em idiomas estrangeiros.

Ideologia é um termo vago e pouco definido que varia desde sistemas de ideias, visão do mundo, falsa consciência, dissimulação da realidade. De forma mais geral, ideologia é aquele conjunto de ideias, valores e normas que indicam e prescrevem aos membros da sociedade o que devem pensar, valorizar, sentir e fazer, e como devem pensar, valorizar, sentir e fazer. No sentido marxista do termo, tais valores e normas da classe dominante vão aparecer como os valores, conceitos e normas da sociedade em geral, encobrindo e disfarçando as diferenças de classes. É assim que, para Marilena Chauy (1980), “ideologia é um corpo sistemático de representações que nos ‘ensinam’ a conhecer e ‘agir’”. Discurso ideológico” — diz ainda ela — “é aquele que pretende coincidir com as coisas, anular a diferença entre o pensar, o dizer e o ser”.

No decorrer deste trabalho, trabalharemos com a acepção mais ampla do termo.

Qual é a relação entre a ideologia e a linguagem? Como a primeira se concretiza na segunda?

Diz Voloshinov: “A linguagem é a materialidade específica da ideologia”. Além da materialização da ideologia, a linguagem atua como sua transmissora e perpetuadora. Ela confirma os sistemas de crença que legitimam as instituições de poder.

Foucault (1971) mostra como não se pode separar o conhecimento linguístico do ideológico e como, através de vários mecanismos, o discurso é disciplinado. É o Princípio do Proibido. “Não se pode falar de tudo. Não se pode falar de tudo em qualquer circunstância. Não se pode falar de tudo para qualquer pessoa”. Diz também que o sentido do discurso se origina em outros discursos previamente existentes que lhe fornecem a matéria-prima. Estes três conceitos — o da linguagem como materialização da ideologia, o princípio do proibido, e a origem do discurso em outras formações discursivas — fornecem o marco teórico para a nossa questão.

Vejamos alguns exemplos concretos de como a linguagem de todos os dias está carregada ideologicamente.

A dualidade homem/mulher, masculino/feminino, que divide a sociedade em dois segmentos onde o homem é o ser superior, é um filão riquíssimo de exemplos desse tipo. “A mulher é a rainha do lar”, embora chavão gasto, é ainda bastante dominante em nossa sociedade. Sob a ilusão de “realeza” — que tem poder força, majestade, — a mulher fica no lar, o lugar que lhe é destinado pela ideologia dominante, neste caso, a ideologia masculina. Em outras línguas e culturas, ocorre processo

paralelo. Em guarani, a palavra para homem, “*cuimb-e*”, significa aquele que é dono, senhor de sua língua, mulher — “*cuna*” — significa língua do diabo, língua malévola.

É nesse sentido que as feministas de língua inglesa reivindicam a substituição de “*chairman*” por “*chairperson*” e de “*Mrs.*” (mulher casada) e “*Miss*” (mulher solteira) pelas iniciais “*Ms.*”, que não revelam o estado civil da mulher, sentindo que essa é uma marca ideológica discriminatória. Outras línguas ocidentais usam esta mesma marca: Senhora/Senhorita, Madame/Mademoiselle, Frau/Fräulein. O homem não é objeto dessa distinção.

A gramática também é ideológica na medida em que diferencia entre seres mais importantes (os masculinos) e seres secundários (femininos). Os plurais mistos tomam o gênero masculino: “Todos os alunos devem comparecer à cerimônia”. Os vocábulos masculinos são genéricos: “Aquele que odiar o próximo...” “O homem é um animal racional”. Quando algum político usa: “Brasileiros e brasileiras...” ele passou do ideológico para o demagógico.

Na área do poder também é nítida a presença ideológica na linguagem. Em francês, diz-se de uma pessoa que está atrasada em uma repartição ou empresa: do funcionário — “*Il est en retard*”, do chefe — “*Il a été détenu*”. Os pronomes de tratamento constituem um sistema claro de inter-relação social assimétrica. O uso dos pronomes pessoais expressa as instâncias de poder que, outra vez, se repete nas diversas línguas: *tu/vous, tú/usted, du/sie, você/o senhor*, etc. Na sua obra 1984, Orwell expõe magistralmente a função da linguagem na produção do poder.

Tradução

O que acabamos de descrever constitui o tecido onde se desenvolve a tradução. Esta é uma atividade intelectual linguística que, no seu fazer mesmo, inevitavelmente lida com e se banha em ideologia. Um tradutor, especialmente de obras literárias, — não exclui o de textos técnicos — sabe que a sua matéria-prima é moldada pela ideologia. É por isso que os tradutores sempre souberam que, envolvendo a estrutura linguística havia variáveis sociais, históricas, ideológicas que eram constitutivas da linguagem e que determinavam o significado do texto.

Assim, tudo o que foi dito da relação linguagem/ideologia vai surgir duplicado na tradução, isto é, com um complicador a mais. Temos aqui dois pares de relação

linguagem/ideologia que vão se encontrar e se confrontar. No seio dessa complexidade o tradutor realiza o seu trabalho numa atitude de busca e constante avaliação.

Apenas com fins didáticos, vamos olhar a nossa questão sob alguns pontos de vista diferentes. São prismas diferentes para olhar o mesmo assunto.

(1) O confronto se situa na relação tradutor × obra original. A questão é vista de um ponto de vista individual. É a situação em que o tradutor aceita a tarefa de traduzir uma obra cujo conteúdo é ideologicamente contrário aos seus valores, à sua visão de mundo. Não há sintonia entre obra e tradutor. Há conflito onde deveria haver procura de harmonia e busca de solução.

Coloca-se aqui a questão da fidelidade linguística e ideológica, uma vez que a ideologia vai influir na interpretação do significado. Se a leitura de um texto é o resultado da construção dele feita por cada leitor, assim também o tradutor fatalmente verá e lerá a obra com seu olhar ideológico e, inconscientemente, fará transferências e inferências e imputará à obra os seus próprios valores e concepções. Diz Rosemary Arrojo (1986): “Nossa tradução de qualquer texto será fiel não ao texto ‘original’, mas aquilo que consideramos ser o texto original, àquilo que consideramos constituir-lo, ou seja, à nossa interpretação do texto de partida, que será sempre produto daquilo que somos, sentimos e pensamos”. Por exemplo: uma obra que reforçasse, mesmo que implicitamente, a concepção da superioridade masculina e que fosse traduzida por uma feminista convicta de que tal superioridade não passa de mito. Por mais que a tradutora se esforçasse — e eu acredito que ela não se esforçaria — a ideologia da obra original se veria atravessada pelas convicções do tradutor.

Outro exemplo em sentido contrário foi dado por Sidnei Camargo e Stella Tagnin (1986). Eles apresentam uma análise da tradução de uma obra de divulgação escrita por uma mulher, *Go for it*, e observam que a solução de certos problemas, a inadequação de escolhas lexicais, erros de conteúdo cultural, deixam transparecer o tradutor — um homem — e sua atitude de evidente má vontade para com a obra. Dizem eles: “O texto original, através de um estilo informal, coloquial, portanto, pretende aproximar-se do leitor e levá-lo a agir”. O tradutor deu à sua versão um aspecto muito mais formal, violando o estilo do texto e o seu objetivo básico que era o apelo à ação. “Não pesquisando, nem corrigindo incoerências flagrantes, o tradutor mostrou-se displicente e desinteressado”. Pode-se imaginar facilmente o conflito ideológico de um



homem que não conseguiu ter uma postura positiva frente a uma obra de mulher para mulheres. Consequência prática: a tradução precisou ser refeita.

Outro exemplo são as traduções de manuais de computador onde uma postura de colonialismo linguístico faz exigência de se manterem aberrações de língua estrangeira sem qualquer preocupação ou sensibilidade para com a língua portuguesa. Um tradutor consciente se sentiria constrangido em usar palavras como “schedulada”, “startada”, “setada”, “ressetada”, “acessar”, “printar” etc. Deduz-se a necessidade de haver afinidade ideológica entre obra e tradutor. Outras diferenças, outras dificuldades poderão ser superadas se houver empatia e atitude positiva na procura do significado exato e total e das implicações culturais e ideológicas do texto.

(2) Outra instância do conflito é aquela em que a ideologia/cultura de uma comunidade linguística diverge parcial ou totalmente da de outra comunidade linguística para a qual uma obra deve ser traduzida.

O nível de complicação é um pouco maior do que o anterior, embora os problemas sejam da mesma natureza. Na tradução se realiza o encontro e o confronto de duas línguas que são representações da cultura de duas diferentes comunidades.

Chamo propositalmente esta situação de confronto, pois no seio da atividade tradutória — na mente do tradutor — se dá uma dinâmica onde o universo de significações de uma língua — denotações, conotações, referências, vivências, imaginário, cultura, história, ideologia — se depara com outro universo igualmente vivo e pujante.

Cabe ao tradutor procurar o equilíbrio entre essas duas realidades e estabelecer a “equivalência” do novo texto em relação ao texto original, ambos portadores da “mesma” mensagem.

Inúmeros exemplos deste tipo podem ser encontrados na extensa obra de E. Nida ao traduzir a Bíblia para cerca de 2.500 idiomas.

Vale a pena lembrar um exemplo de conflito ideológico, dentre os muitos mencionados por Nida, quando se viu diante da tarefa de traduzir o conceito e a palavra “perdão” — fundamental na mensagem bíblica — para uma língua de uma comunidade africana onde a relação com o inimigo se resumia a “olho por olho, dente por dente”. Ele se saiu do problema fazendo um estudo antropológico da comunidade para encontrar uma brecha naquele universo conceitual para o conceito de perdão. Descobriu que uma carcaça de animal pendurada no portão da aldeia era uma lembrança da morte

de um companheiro que precisava ser vingada com a morte de um inimigo. A retirada da carcaça e, conseqüentemente, da exigência de vingança, veio a significar “perdão”.

Outro exemplo de desencontro na tradução revelou-se nas traduções das obras de Freud para o inglês, onde o ambiente intelectual humanista em que Freud se desenvolveu chocou-se com a tônica cientificista da intelectualidade e da medicina inglesa das primeiras décadas do século. Baseio-me, aqui, em uma análise feita por Bruno Bettelheim para a revista *The New Yorker*, março de 1982, intitulada “Freud e a alma”.

Segundo ele, os originais de Freud tinham um estilo direto que envolvia o leitor fazendo uso das palavras comuns conhecidas dele desde a sua infância e, conseqüentemente, com grande poder associativo e emocional. Na tradução, os vocábulos da linguagem comum são substituídos por termos médicos tirados do grego, surgindo um Freud obscuro e dogmático falando de conceitos abstratos e construções intelectuais. Para Bettelheim, a versão inglesa distorce o humanismo essencial que permeava o original. Em vez de uma relação direta e pessoal entre autor e leitor, há uma atitude teórica, racional e emocionalmente distante. Houve, por parte dos tradutores ingleses, o desejo deliberado de enquadrar a teoria de Freud dentro da medicina inglesa, dentro de um marco de referência científica de forma a ser aceita como tal, afastando dela qualquer marca emocional.

Vemos então que, quando as concepções, os valores implícitos ou explícitos desafinam e desencontram ou se contrapõem, cria-se um desafio sobre-humano para o tradutor. Várias alternativas decorrem desta situação:

- ou ele faz uma tradução mais ou menos literal, aproximando-se da obra original e, ao não comunicar eficazmente a mensagem aos seus leitores, trai o principal objetivo do seu trabalho;
- ou interpreta a mensagem original com a ótica da sua comunidade linguística/cultural/ideológica, sendo o resultado um trabalho de adaptação. A fidelidade torna-se distante e ainda mais relativa;
- ou ele se propõe a analisar minuciosa e profundamente a obra original em termos do seu conteúdo ideológico e das suas formas discursivas, que se fundem numa só coisa, ao mesmo tempo que se conscientiza das peculiaridades da sua ideologia e do seu discurso para buscar o equilíbrio “possível” no seu trabalho.

(3) O terceiro prisma pelo qual desejo olhar a questão da ideologia é o das marcas formais do discurso e suas consequências na tradução. Se a linguagem é a materialização da ideologia e não apenas o instrumento de sua veiculação, são expressões ideológicas: o texto em si, sua organização, sua estruturação temática, as formas sintáticas e lexicais selecionadas, a presença ou não de formas dialetais, os registros, as variações linguísticas etc. São marcas ideológicas bem menos explícitas, bem mais ocultas, que requerem um nível de consciência linguística mais apurado para que a sua presença seja detectada. Até bem pouco tempo, não havia na pesquisa linguística uma preocupação com tais questões. Hoje felizmente, trabalhos como os de Halliday (1978), Gunther Kress (1985), Roger Fowler (1985), Van Dijk (1985), Eni Orlandi (1983a e 1983b) e outros, estão dando uma contribuição valiosa ao enfoque que integra a ideologia à análise linguística. Esta nova percepção é de extrema relevância para a tradução. A fim de não ser um tradutor “ingênuo”, ele deve ter uma competência linguística/ideológica integrada. Deve estar consciente da carga ideológica presente nas opções formais de uma e outra língua.

Além dos exemplos mencionados anteriormente, podemos citar alguns outros: o uso da transitividade — isto é, quem aparece como agente — em oposição ao uso da voz passiva ou de nominalizações como formas de atenuar a agentividade e a responsabilidade. Deve-se atentar também para o valor ideológico da escolha lexical em campos semânticos que divergem nas várias línguas. Os processos de lexicalização são indicadores ideológicos. Uma superlexicalização indica a importância daquele conceito ou campo semântico para determinada cultura. Diz Roger Fowler (1985): “O vocabulário de uma língua pode ser considerado como um tipo de mapa lexical das preocupações de uma cultura”.

Todas estas são informações que não podem ser negligenciadas na atividade tradutória.

Finalizando, eu diria que há muito mais no reino da tradução do que pode imaginar a nossa filosofia.

A tarefa é vasta e as perspectivas, fascinantes. Estamos — uns poucos e aos poucos — começando a arranhar a superfície dessa realidade complexa que esconde um tesouro de revelações não só para nós, os trabalhadores da tradução, como para todos os trabalhadores da linguagem.

Referências

- ARROJO, Rosemary. *Oficina de tradução*. São Paulo: Editora Ática, 1986.
- BETTELHEIM, Bruno. “Freud and the soul”. *The New Yorker*, março de 1982.
- CAMARGO, Sidney; TAGNIN, Stella. “Tradução: uma transparência do tradutor”. 1º Congresso de Linguística Aplicada — UNICAMP, 1986.
- CHAUY, Marilena. *O que é ideologia* São Paulo: Brasiliense, 1980.
- _____. *Cultura e democracia*. São Paulo: Moderna, 1982.
- FOUCAULT, Michel, *L'ordre du discours*. Paris: Gallimard, 1971.
- FOWLER, Roger. “Power”. In Van Dijk, T. (Ed.) *Handbook of discourse analysis*. Vol. 4. Londres: Academy Press, 1985.
- HALLIDAY, M. A. K. *Language as social semiotic*. Londres: Edward Arnold, 1978.
- KRESS, Gunther. “Ideological structures in discourse”. In Van Dijk, T. (Ed.) *Handbook of discourse analysis*. Vol. 4. Londres: Academy Press, 1985.
- ORLANDI, Eni. *A linguagem em funcionamento*. São Paulo: Brasiliense, 1983a.
- _____. “Linguagem e método”. Texto apresentado no *Encontro sobre Linguagem e Ciências Afins*, Departamento de Filosofia, PUC/RJ, 1983b.
- VAN DIJK, T. (Ed.) *Handbook of discourse analysis*. Vol. 4. Londres: Academy Press, 1985.